

A erosão do ensino no Brasil

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da Universidade de São Paulo (USP) — Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

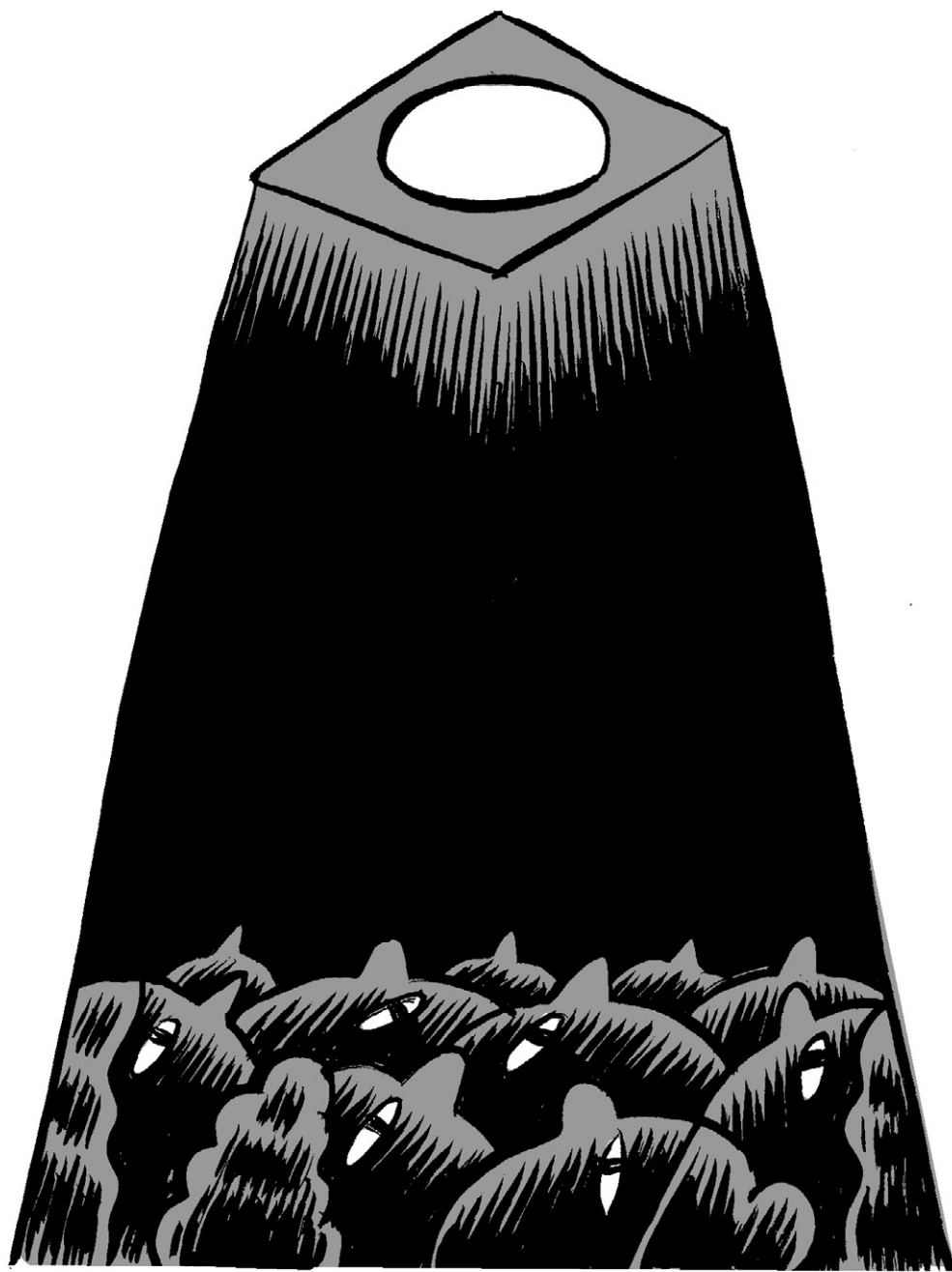
Foi assim que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) classificou o impacto da covid-19 no ensino brasileiro — tomando como referência um estudo feito na rede estadual de São Paulo, em meados de março de 2021, que revelou um retrocesso de uma década ou mais em proficiência escolar em crianças ao final do 5º ano do ensino fundamental. Em língua portuguesa, o retrocesso foi de 10 anos, mas em matemática foi ainda maior — equivalente a 14 anos.

O que mais me preocupa é que estamos falando da rede estadual de ensino de São Paulo, uma das primeiras a oferecer ensino remoto aos estudantes. Isso porque em muitas redes de ensino, especialmente as municipais localizadas nas regiões Norte e Nordeste do país, as crianças ficaram três semestres letivos sem realizar nenhuma atividade escolar. Foram milhões de crianças sem estudar. O impacto disso na vida futura delas é enorme, e possivelmente irreversível do ponto de vista social e emocional.

Não podemos mais deixar as escolas fechadas — afinal, os professores e os funcionários já estão imunizados, e boa parte dos estudantes acima dos 15 anos já tomaram ao menos a primeira dose, enquanto a vacinação avança nas crianças menores. Segundo o Unicef, 10% dos alunos jamais voltarão à escola. A ausência de uma política de conectividade digital para permitir o acesso às atividades remotas ampliou consideravelmente o drama da aprendizagem no Brasil. Passados dois anos, não fizemos praticamente nada e continuamos sem uma política clara de acesso às atividades remotas para as crianças mais vulneráveis.

O desafio que agora se coloca é multifacetado. Terá de ser uma ação articulada de governo e entre governos por unidade federativa e entre as unidades, mediante robusto programa em regime de colaboração. Para começar, é preciso que o país saiba o tamanho do fosso causado pela pandemia na aprendizagem escolar. Para isso, o Ministério da Educação, com apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), precisa, ainda em fevereiro, divulgar os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) relativos aos exames realizados em 2021. Isso vai permitir um planejamento das unidades federativas — estados e municípios, com base na real situação do “estrago” provocado pela covid-19. Já se tem clareza de que a desigualdade cresceu muito em decorrência da pandemia; os impactos na aprendizagem e no abandono escolar são devastadores.

Por seu lado, acho que esse cenário pode ser também uma janela de oportunidade para mudar nossa maneira de ensinar e de aprender. É hora de inovar com base em dados e evidências. Se fizermos isso, poderemos ganhar um tempo precioso. Estamos falando de uma nova escola, de uma verdadeira metamorfose, que não



G O M E Z

mais esteja atrelada apenas ao conteudismo, mas aos conteúdos que são essenciais para a vida atual e futura dos estudantes, que os preparem de maneira autônoma para fazer escolhas com base em seus projetos de vida. Para isso, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma bússola efetiva, que vai nos orientar quanto às aprendizagens essenciais que todos os estudantes precisam ter ao longo de toda a educação básica.

Se ficarmos presos ao retrovisor, o desastre será inevitável, mas, se tivermos a coragem de olhar para onde aponta o farol e fazer as mudanças necessárias, talvez o Brasil tenha uma chance. Para isso, vamos precisar de líderes

inovadores, buscar o que este país tem de melhor na inovação, pois sou daqueles que entendem que o Brasil precisa aprender com o Brasil. Aqui se encontra o estado do Ceará, com seu efetivo regime de colaboração e seu exitoso programa de alfabetização. E também o estado de Pernambuco, com suas escolas de ensino médio em tempo integral. Precisamos ver o que fizeram Teresina, Cururipe, Cocal dos Alves e tantos outros municípios que deram saltos relevantes na aprendizagem escolar e traçar uma política nacional que promova um desenvolvimento educacional robusto e equânime para mudar de vez a cara do Brasil. Mas, como disse, precisamos de líderes. Procuram-se líderes.

Gestão da população que vive nas ruas

» FILIPE SABARÁ

Empresário, filantropo e palestrante

Quando, certa manhã, Gregor Samsa acordou de sonhos intranquilos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso. Assim, inicia-se a obra *A metamorfose* (1975), de Franz Kafka, retratando um bicho simbólico, a imagem interior de si mesmo. Uma metáfora da humilhação de um homem submisso, que aceitou se transformar em alguém que não queria ser. Da mesma forma, na sociedade, é possível encontrar esses tipos metafóricos espalhados pelas ruas em situação de miséria absoluta. Pessoas excluídas socioeconomicamente, ignoradas e vistas como parasitas pela comunidade, marcadas por desigualdades sociais, que terminam por encontrar meios de sobrevivência, comida e segurança somente nas ruas.

O contingente de pessoas em situação de rua é maior do que o número de habitantes da maioria das cidades do estado de São Paulo. Segundo o novo Censo da Prefeitura, divulgado poucos dias antes de a cidade completar 468 anos, são quase 32 mil pessoas nas ruas, contando apenas quem pernoita ao relento, com crescimento de mais de 31% em relação a 2019. Mas, se levarmos em consideração os que ficam o tempo todo na rua, o aumento registrado pelo censo é ainda maior: 54%.

São vários os motivos que levam uma grande parcela de indivíduos a morar nas ruas. Há a questão do desemprego, das drogas, da instabilidade familiar. Mas, independentemente da razão que arrasta essas pessoas a caírem no nível mais extremo da pobreza, o fato é que sair dela ainda é mais difícil. Acabam sendo rotuladas de perigosas ou inoportunas, quando muito invisíveis para a sociedade. Só “existem” perante os olhos da população economicamente ativa em momentos como esse, catapultadas por uma estatística.

Esse sentimento do senso comum tem propiciado que parte das políticas oriundas do poder público voltadas para a populações em situação de rua sejam da alçada da segurança pública. Portanto, a criminalização de comportamentos e a repressão acabam justificando-se na busca por higienização e segregação social. Tal comportamento, ao longo dos anos, abriu espaço para que organizações da sociedade civil assumissem propostas solidárias de atendimento; no entanto, em muitos casos, de cunho apenas assistencialista. São necessárias, obviamente, mas ainda distanciadas da noção de política pública, como direito dos cidadãos e dever do Estado.

Pode-se dizer que parte do problema de moradia das pessoas que vivem nas ruas está relacionada com o déficit habitacional existente nas grandes cidades do país. Estariam na condição de “sem-teto”, como outros tantos milhares de brasileiros. No entanto, isso se torna uma verdade parcial à medida que as razões que contribuem para a situação de rua não estão apenas relacionadas com a ausência de moradia. A possibilidade efetiva de saída da rua não se restringe à oferta isolada de moradia.

Assim, como os temas clássicos de interesse da população em geral, trabalho, moradia e saúde são questões também latentes para os moradores de rua, ainda que em circunstâncias particulares. E, face às mudanças contemporâneas do mundo do trabalho, poucas alternativas produtivas restam para a população que sobrevive das ruas. No entanto, embora empregos formais praticamente não existam e subempregos sejam esporádicos, observa-se que a rua ainda é a alternativa de busca de sobrevivência para uma parcela significativa da população.

Em todas as oportunidades em que são abordadas, em pesquisas ou em situação de

atendimento, as pessoas que vivem na rua revelam que sua principal demanda é a questão da geração de alternativas de ocupação e renda. Tal desejo, geralmente expressado como a necessidade de um emprego que seria o caminho para a saída da rua, não tem muita condição de se tornar realidade, diante da fragilidade da condição pessoal decorrente da situação em que ela se encontra.

Cumprir horários, não usar álcool e drogas, apresentar-se adequadamente, readquirir a condição de planejamento de despesas dentro de um mês, são desafios que não estão ao alcance de quem está na rua há algum tempo. Ainda assim, a necessidade de viabilizar alternativas de geração de renda para esse público é uma das principais tarefas a ser enfrentada na atualidade, não só pelo poder público, nas três esferas de governo, mas pela sociedade em geral. Nesse campo reside a possibilidade de que as pessoas que vivem em situação de rua venham a adquirir a sua autonomia.

Percebo na prática o quanto a questão do emprego é transformadora para essa parcela da sociedade. Na Associação de Resgate à Cidadania por Amor à Humanidade (Arcach), da qual sou fundador, temos desenvolvido políticas para criar oportunidades reais para gerar autonomia financeira para pessoas acolhidas das ruas. Questões que podem parecer simples são passos grandiosos que realmente fazem a diferença. Um dos alunos da Arcach, que atualmente segue empregado numa horta social do projeto, certa vez comentou: “Eu mostro meu documento até quando não me pedem. Há anos, transitava entre os invisíveis, mas passou a ser percebido. Vê nessa atitude uma referência de que realmente adquiriu um passaporte de volta à sociedade economicamente ativa do nosso país.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Um futuro distópico

Pesquisa de opinião pública, realizada há dois anos pelo Instituto DataSenado, mostrou que existe no Brasil uma forte e crescente influência das redes sociais como fonte de informação para os eleitores. De acordo com o levantamento, nada menos do que 45% dos eleitores ouvidos confessaram que, cada vez mais, buscam nas mídias sociais, as informações que necessitam para decidir como orientar o voto.

Outro dado interessante, levantado pelo estudo, mostra que o conteúdo veiculado nas redes sociais tem grande influência sobre a opinião dos indivíduos. Essa atuação é observada, sobretudo, entre aqueles com escolaridade superior. Se tal fenômeno significava, nas últimas eleições, que metade dos brasileiros, com acesso à internet votava considerando importância direta do que consumiam nas mídias sociais, a possibilidade de haver mais de 50% dos cidadãos votando no pleito deste ano é bastante certa.

Tal realidade indica que o mundo virtual, esse oceano infinito de informações — verídicas, ou não — passou a ser decisivo não só nas eleições de outubro, mas na condução de candidatos que sabem manusear essas mídias. Obviamente, tal abrangência de influência se estenderá ainda para dentro do Estado, interferindo no modelo de democracia que teremos doravante, todo ele ligado e dependente das novas mídias. Com isso, os debates tête-à-tête, o exercício mercadológico dos marqueteiros políticos, os comícios ao vivo e outras modalidades dentro das disputas eleitorais perdem fôlego e vão sendo deixados de lado.

Não será surpresa se o próximo passo dado para o domínio total das mídias sociais for a votação via internet, por meio de aplicativos. A obsolescência de instrumentos, como a urna física e os locais de votação, deixará de existir, e o destino dos cidadãos será decidido diretamente de casa, via celular. Não será novidade se, lá adiante, o tal do “sistema”, ou seja, esse sujeito indeterminado e oculto, fizer parte na gestão do Estado. Assim, o dito “sistema” se tornará o responsável pela qualidade da democracia e pela prestação de serviços por parte do Estado.

A impessoalidade na democracia, ao contrário do que muitos acreditam, não parece, a princípio, que vai melhorar as relações entre o cidadão e o Estado. A suspeita é de que, quando esse dia chegar, a comunicação entre os cidadãos e o poder público será nos mesmos moldes atuais entre os consumidores e as operadoras de telefonia. Até mesmo aspectos que são importantes, como a separação entre os fatos verídicos e as fakes news, deixará de existir, sendo todos os “ruídos de comunicação” atribuídos aos mecanismos do “sistema”.

Para o cidadão comum que, afinal, custeará essa entrada das novas tecnologias nas relações políticas com o Estado restará o monólogo de alguém que escuta, do outro lado da linha, que a falta de médicos, de remédios, de professores nas escolas, de água nas torneiras, de luz nas residências, se deve, não à inoperância da política, mas ao “sistema”, uma entidade com situação jurídica abstrata, impossível de ser alcançada pelas leis.

Trata-se, aqui, de um futuro que vamos organizando com os pés, uma vez que a cabeça e as mãos estão absorvidas pela internet. O problema é que, quando levantarmos os olhos para o horizonte, o futuro distópico terá chegado com toda a sua cruza e indiferença.

» A frase que foi pronunciada

“Corrupção existe no mundo todo. Mas fã-clubes de corrupto, só no Brasil.”

Frase no Pinterest

Carreiro

» Carlos Alberto Simas Magalhães, embaixador do Brasil em Portugal, contará com a contribuição de Raimundo Corrêa Carreiro, que promete impulsionar as relações comerciais e culturais entre os dois países.

Ensurdecedor

» Morador do C.A. do Lago Norte, em um prédio, onde há uma pizzaria, reclama, constantemente, dos motoboys que intervêm no cano de escape para fazer mais barulho. O apelido que deu a esses profissionais arrancou gargalhada dos vizinhos. “São os *Aedes aegypti* do trânsito!”

Oportunidade

» Nada como uma turbinada nos estudos como uma língua estrangeira. Vão até amanhã as inscrições nos Centros Interescolares de Línguas Estrangeiras, ligados à Secretaria da Educação do DF. Os cursos de francês, japonês, espanhol e inglês são gratuitos. A preferência das vagas é para os alunos da rede pública, mas há vagas remanescentes para a comunidade.

Novidade

» Na Comissão de Assuntos Sociais há a discussão de permissão mais ampliada de esterilização de mulheres, que podem optar pela cirurgia depois do parto ou depois de aborto sem a necessidade de anuência do parceiro.

» História de Brasília

Dentre essas dificuldades havia o problema do acesso. Não estava inaugurada a Estrada Parque, e dificilmente os automóveis procurariam as oficinas naquele local. Mas os que acreditavam mudaram-se logo. (Publicada em 17/2/1962)